

Para: Miguel Nunes do Nascimento Filho – Conselho Fiscal Data: 22.06.2015

De: Aristides Leite França – DP

N.Ref.: DP.I.013.2015

Assunto: Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal – 2º semestre de 2014.

Prezado Senhor,

1. Vimos, através desta, encaminhar relatório único contendo comentários acerca dos pareceres e recomendações do Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao 2º semestre de 2014, conforme solicitado na carta CF.I.004.2015, de 05/05/2015.

Atenciosamente,

DP/WAFA


Aristides Leite França
Diretor-Presidente

Anexos:

- Relatório Único de Considerações/Respostas
- Anexo I – Relatório Empréstimo Saúde
- Anexo II – Relatório de Débito Recuperado
- Anexo III – Resposta Exigível Contingencial de Investimento

EMENTA: 2º Semestre 2014. Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal. Devolução com comentários acerca dos pareceres e recomendações. Relatório único.

RELATÓRIO 2º SEMESTRE 2014

I - ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DE RECURSOS.

2. ENQUADRAMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2014.

2.1. ALOCAÇÕES DO PLANO BD – EM 31/12/14.

Imóveis	581.154.903,62	5,1%	0,0%	5,0%	Desenquadrado
Desenvolvimento	-	0,0%	0,0%	0,0%	Enquadrado
Aluguéis e Renda	581.154.903,62	5,1%	0,0%	5,0%	Desenquadrado
Outros Investimentos Imobiliários	-	0,0%	0,0%	2,0%	Enquadrado

Recomendação (pag.6):

Justificar o desenquadramento em Imóveis, acima apontado.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Este desenquadramento ocorreu de forma passiva em função da reavaliação dos imóveis, bem como da desvalorização dos demais ativos que compõem a Carteira de Investimentos do Plano BD, verificada no mês de dezembro de 2014.

Desta forma, ressaltamos que a partir do mês de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da nova Política de Investimentos 2015 a 2019, este desenquadramento passivo se encerrou automaticamente, devido ao aumento do limite superior do segmento de Imóveis de 5% para 6%. Ou seja, o desenquadramento passivo foi de um dia e já se encontra normalizado de acordo com a Política de Investimentos vigente.

3. RENTABILIDADES ACUMULADAS NO 2º SEMESTRE DE 2014- EM 31/12/14.

Recomendação (pag.27):

Informar o motivo da rentabilidade dos empréstimos ter ficado abaixo da meta do Plano BD, descumprindo o normativo supracitado.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Inicialmente, destaca-se que não ocorreu nenhuma desconformidade com o art.34 da Resolução CMN 3.792/2009, já que os encargos financeiros cobrados nas operações com os Participantes são superiores à Taxa Mínima Atuarial estabelecida. A rentabilidade do segmento de Empréstimos foi inferior à meta do Plano BD devido às “Provisões para Perda” efetuadas ao longo do 2º semestre de 2014, impactando diretamente o seu desempenho.

Nota: Em relação ao cálculo da meta do segmento de Empréstimos, deve-se considerar 2 meses de defasagem, conforme definido na Política de Investimentos do Plano BD. Desta forma, a meta para o período foi de 12,24% e não 12,07%.

3.1. RENTABILIDADES POR SEGMENTOS E PLANOS 2º SEMESTRE DE 2014- EM 31/12/14.

a) PLANO BD – RENDA FIXA.

Comentário: Observamos que ao final do 2º semestre de 2014 as rentabilidades das seguintes carteiras ficaram abaixo da meta atuarial de 2014 de 12,07%: Debêntures com 11,83%, CRI com 8,79%, TDA com 8,93%, Bradesco FIM com 11,01% e LFI com 11,11%.

Recomendação (pag.30):

Informar o motivo das carteiras acima indicadas não terem alcançados a meta atuarial do período.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O motivo pelo qual as rentabilidades das referidas carteiras terem ficado abaixo da meta do Plano BD, deve-se ao fato que os indexadores dos ativos relacionados não acompanharam a aceleração inflacionária ocorrida no índice que compõe a meta atuarial. Os ativos citados possuem os seguintes indexadores: IGP-M, CDI e TR, os quais apresentaram desempenho inferior em relação ao INPC + 5,50%. Cabe ressaltar que os objetivos da gestão estabelecem que os indicadores de referência do segmento sirvam de comparação para o desempenho da carteira como um todo e não de forma individualizada por ativo.

b) PLANO BD – RENDA VARIÁVEL.

Comentário: Observamos que ao final do 2º semestre de 2014 as rentabilidades dos seguintes papéis: Petrobras PN/ON, BVMF ON, Vale PNA/ON, CCR Rodovias ON, Pão de Açúcar PN e Ultrapar ON foram negativas e abaixo do índice da carteira meta.

Recomendação (pag.30):

Informar o motivo de tais papéis apresentarem rentabilidades negativas no período.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O ano de 2014 foi de grande volatilidade para a bolsa de valores atrelada às eleições. Naquele ano se iniciou o ciclo de queda de duas das principais commodities, quais sejam minério de ferro e petróleo, o que afetou o desempenho das ações da Vale e da Petrobrás, impactando também negativamente a performance das ações da BMF Bovespa e do próprio índice IBrX 100. As ações do Pão de Açúcar, Ultrapar e CCR mostraram queda mais significativa no mês de dezembro, quando a bolsa brasileira foi

afetada pela expectativa de queda da atividade econômica, retração das vendas de eletroeletrônicos e do tráfego nas rodovias.

c) PLANO BD – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.

Recomendação (pag.32):

Informar o motivo das rentabilidades negativas dos demais FIP's, assim como, qual a expectativa do prazo do alcance da curva "j" dos referidos fundos.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Em relação à rentabilidade negativa do segmento de Investimentos Estruturados dos Planos BD e CD, cabe destacar que com exceção do FIP Brasil Energia, que está em fase de desinvestimento, todos os demais Fundos de Investimento em Participações, recentemente adquiridos, ainda se encontram em fase inicial de operação, sendo computados apenas os custos incorridos até o momento. A partir da execução e venda dos investimentos projetados em cada Fundo, espera-se a compensação da rentabilidade apresentada e a efetivação do desempenho projetado nas suas respectivas curvas "j".

d) PLANO BD – FUNDOS DE INVESTIMENTOS.

Recomendação (pag.33):

Informar o motivo das rentabilidades dos fundos não ter superado benchmark IMA-B + 2% a.a.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Cabe destacar que o benchmark IMA-B+2% a.a. é utilizado como indicador de referência somente para o segmento de Investimentos Estruturados. Desta forma, os Fundos FRG FIA QUEST e FRG FIA GAP superaram, no ano, o seu benchmark IBrX e o Fundo Bradesco FI Multimercado BD, por ser um veículo composto por ativos de Renda Fixa e Renda Variável, não possui um benchmark definido.

f) PLANO CD – RENDA FIXA.

Recomendação (pag.34):

Informar o motivo da rentabilidade da TDA ter ficado abaixo da meta de 2014.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O motivo pelo qual a rentabilidade da TDA ter ficado abaixo da meta do Plano CD, deve-se ao fato que o seu indexador (TR) não acompanhou a aceleração inflacionária ocorrida no índice que compõe a meta de investimentos IGP-DI + 5,50%. Cabe ressaltar que os objetivos da gestão estabelecem que os indicadores de referência do segmento sirvam de comparação para o desempenho da carteira como um todo e não de forma individualizada por ativo.

g) PLANO CD – RENDA VARIÁVEL.**Recomendação (pag.35):**

Informar o motivo de tais papéis apresentarem rentabilidades negativas no período.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O ano de 2014 foi de grande volatilidade para a bolsa de valores atrelada às eleições. Naquele ano se iniciou o ciclo de queda de duas das principais commodities, quais sejam minério de ferro e petróleo, o que afetou o desempenho das ações da Vale e da Petrobrás, impactando também negativamente a performance das ações da BMF Bovespa e do próprio índice IBrX 100. As ações do Pão de Açúcar, Ultrapar e CCR mostraram queda mais significativa no mês de dezembro, quando a bolsa brasileira foi afetada pela expectativa de queda da atividade econômica, retração das vendas de eletroeletrônicos e do tráfego nas rodovias.

h) PLANO CD – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.**Recomendação (pag.37):**

Informar o motivo das rentabilidades negativas dos demais FIP's, assim como, qual a expectativa do prazo do alcance da curva "j" dos referidos fundos.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Em relação à rentabilidade negativa do segmento de Investimentos Estruturados dos Planos BD e CD, cabe destacar que com exceção do FIP Brasil Energia, que está em fase de desinvestimento, todos os demais Fundos de Investimento em Participações, recentemente adquiridos, ainda se encontram em fase inicial de operação, sendo computados apenas os custos incorridos até o momento. A partir da execução e venda dos investimentos projetados em cada Fundo, espera-se a compensação da rentabilidade apresentada e a efetivação do desempenho projetado nas suas respectivas curvas "j".

j) PLANO ASSISTENCIAL (PLAMES) – RENDA FIXA.**Recomendação (pag.38):**

Informar o motivo da TDA não ter alcançado a meta.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O motivo pelo qual a rentabilidade da TDA não ter alcançado a meta do Plano FA deve-se ao fato que o seu indexador (TR) apresentou desempenho inferior em relação à Selic. Cabe ressaltar que os objetivos da gestão estabelecem que os indicadores de referência do segmento sirvam de comparação para o desempenho da carteira como um todo e não de forma individualizada por ativo.

I) PGA – RENDA VARIÁVEL.**Recomendação (pag.40):**

Informar o motivo de tais papéis apresentarem rentabilidades negativas no período.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

O ano de 2014 foi de grande volatilidade para a bolsa de valores atrelada às eleições. Naquele ano se iniciou o ciclo de queda de duas das principais commodities, quais sejam minério de ferro e petróleo, o que afetou o desempenho das ações da Vale e da Petrobrás, impactando também negativamente a performance das ações da BMF Bovespa e do próprio índice IBrX 100. As ações do Pão de Açúcar, Ultrapar e CCR mostraram queda mais significativa no mês de dezembro, quando a bolsa brasileira foi afetada pela expectativa de queda da atividade econômica, retração das vendas de eletroeletrônicos e do tráfego nas rodovias.

3.2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS NO 2º SEMESTRE DE 2014:

Comentário: No Relatório apresentado pela área de investimentos da FRG, observamos que a Entidade está monitorando constantemente as performances, as volatilidades e os riscos agregados aos portfólios de investimentos dos planos de benefícios.

Recomendação (pag.46):

Solicitamos que o relatório mencionado seja apresentado pela área responsável em reunião com o Conselho Fiscal.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Foi realizada uma apresentação do relatório de avaliação do desempenho dos investimentos pela DI, no dia 27 de maio de 2015, na Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Nº307.

4. CARTEIRA DE IMÓVEIS 2º SEMESTRE DE 2014 - EM 31/12/14.**Recomendação (pag.47):**

Informar ao Conselho sobre a atual situação do imóvel Ed. Parque das Palmeiras. E o motivo dos retornos econômicos terem ficado abaixo da meta e do benchmark.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

As unidades do Edifício Parque das Palmeiras encontram-se vazias pois estão à venda. Informamos que o Conselho Deliberativo determinou a venda das unidades do

Edifício Parque das Palmeiras, estando ciente de que os apartamentos encontram-se vazios.

Com relação ao cálculo do retorno econômico, gostaríamos de fazer algumas considerações:

1- Não foram computados os meses de aluguel recebidos pelo imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina (SP), uma vez que o mesmo só foi vendido em maio de 2014. Neste contexto, podemos dizer que o valor apresentado no cálculo da renda média está incompleto.

2- Ao final de 2014 foi realizada a reavaliação da carteira de imóveis da Real Grandeza, que ocorre a cada 3 anos, em atendimento à Instrução Previc nº 15/2014.

Esta reavaliação apresentou valorização dos valores dos imóveis em dezembro de 2014. Por outro lado, os aluguéis são reajustados anualmente em julho (exceto o Edifício Sede que ocorre em janeiro), por indicadores previstos nos contratos de locação. Assim sendo, o cálculo do retorno foi realizado com uma base totalmente reavaliada, sendo que os aluguéis computados no cálculo da renda média não havia, em sua totalidade, espelhado essa valorização.

5.1. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS NO 2º SEMESTRE DE 2014 - EM 31/12/14.

Recomendação (pag.49):

Informar ao Conselho Fiscal a que se referem às diferenças e regularizá-las, se for o caso.

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE (GBS) – Comentário

RELATÓRIO CONCILIAÇÃO DO SALDO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMO - DEZ/2014

EMPRÉSTIMOS DO PLANO - BD

	EMPRÉSTIMO PESSOAL				DÍVIDA RENEGOCIADA	Saldo Contábil
	III- IV- V	V	VI	VI-A		
Principal	377.806,58	928.131,50	6.487.821,35	263.873.383,00	779.872,84	
Prestações	84.827,84	11.311,74	160.167,17	1.902.133,02	47.983,13	
Amortização	0,00	0,00	-50.457,71	0,00	0,00	
IOF a Receber	3.473,92	41,72	0,00	0,00	0,00	
Dívidas Desc. Empr. Pess.	0,00	0,00	0,00	0,00		
Provisão p/ Perda	-165.701,52	-43.325,08	-408.935,78	-2.558.738,15	-216.189,68	
Transf. de Dívidas Reneg.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total BD:	300.406,82	896.159,88	6.188.595,03	263.216.777,87	611.666,29	271.213.605,89

EMPRESTIMOS DO PLANO - CD

	EMPRÉSTIMO PESSOAL			DÍVIDA RENEGOCIADA	Saldo Contábil
	V	VI	VI-A		
Principal	39.670,88	32.721,38	50.486.483,52	14.003,52	
Prestações	24.950,16	10.316,73	1.140.703,24	556,14	
Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	
IOF a Receber	734,11	2.614,82	0,00	0,00	
Provisão p/ Perda	-65.355,15	-18.550,24	-308.499,61	0,00	
Transf. de Dívidas Reneg.	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total CD:	-0,00	27.102,69	51.318.687,15	14.559,66	51.360.349,50

Informamos que não existem diferenças a serem regularizados.

Houve um erro na comparação das informações, o valor informado como do controle interno refere-se apenas ao saldo do principal da carteira de empréstimo pessoal.

5.2. INADIMPLÊNCIAS-COBRANÇAS- EM 31/12/14.

Recomendação (pag.51):

Informar ao Conselho os motivos do significativo crescimento das provisões para perdas dos empréstimos dos Planos BD e CD.

GERÊNCIA CONTABILIDADE (GCB) – Comentários

No Plano CD, 4 novos participantes apresentaram atraso de mais de 3 mensalidades do empréstimo e foram considerados como alto risco uma vez que não honraram os acordos firmados, ocasionando o aumento da provisão para perdas de risco de crédito.

5.3. FUNDO DE RISCO DE GARANTIA DOS EMPRÉSTIMOS EM 31/12/14:

Recomendação (pag.52):

Informar se a FRG está monitorando as diferenças per capita entre os fundos garantidores e saldos devedores dos planos e se existe algum tipo de estudo sobre a adequabilidade e aderência dos fundos em relação aos saldos devedores.

GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE (GRP) – Comentários

Sem comentário da área

5.4. CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS SAÚDE – EM 31/12/14.

Recomendação (pag.52):

Disponibilizar ao Conselho as informações de controles internos dos empréstimos saúde, com relação à quantidade de contratos e saldo devedor em 31/12/14, as quais não foram disponibilizadas.

GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE (GBS) – Comentários

Documento anexado (anexo I)

Informar ao Conselho o montante de débitos recuperados em 2014.

GERÊNCIA DE FINANÇAS (GFN) – Comentários

Documento anexado (anexo II)

6. CUSTOS ACUMULADOS DA GESTÃO 2º SEMESTRE DE 2014- EM 31/12/14.

Recomendações (pag.53):

Informar ao Conselho quais os fundos que receberam pagamento de taxa de performance e se os critérios estão aderentes ao art. 51 da RES/CMN 3.792/09.

DIRETORIA DE INVESTIMENTO (DI) – Comentários

Informamos que o único fundo que recebeu pagamento a título de taxa de performance foi o FRG Fundo de Investimento em Ações Q, gerido pela Quest Investimentos Ltda, por ter alcançado a rentabilidade de 15% do que excedeu o IBrX ao semestre. Cabe ressaltar que os critérios estão aderentes ao referido artigo.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DE INVESTIMENTOS EM 31/12/14.

Recomendações (pag.60):

Informar ao Conselho os motivos dos crescimentos verificados.

ASSESSORIA JURÍDICA (AJR) – Comentários

Documento anexado (anexo III)

II - RELATÓRIO DA MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS.

1. EVOLUÇÃO DA MASSA ABRANGIDA NO 2º SEMESTRE/14 EM 31/12/14.

Recomendação (pag.63):

Informar sobre as variações indicadas nos relatórios de estatísticas da população encaminhados a PREVIC, com relação aos participantes e assistidos.

GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (GBP) – Comentários

O aumento significativo no número de concessões no Plano BD e CD devem-se ao Programa de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ da Patrocinadora Furnas

Centrais Elétricas S.A e do Plano de Sucessão Programada dos Empregados - PSPE - da Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A .

4. EVOLUÇÃO DA DESPESA COM BENEFÍCIOS NO 2º SEMESTRE/14 EM 31/12/14.

Recomendação (pag.66):

Informar ao Conselho Fiscal os motivos do significativo crescimento da provisão do benefício mínimo.

GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (GBP) – Comentários

A provisão do benefício mínimo anual refere-se a provisão da garantia mínima anual (GMA), que repõe os índices do INPC do ano, não pago ao assistido. O crescimento também deve-se ao fato do aumento das concessões do Plano BD e CD devido ao Programa de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ da Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A e do Plano de Sucessão Programada dos Empregados - PSPE - da Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A

10. RELATÓRIO DA FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS – AUDITORIA NO PLAMES 2014.

Recomendação (pag.79):

Informar ao Conselho a atual situação e os procedimentos adotados para assunção integral da gestão do PLAMES pela FRG.

GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE (GBS) – Comentários

Informamos que a assunção integral da gestão do PLAMES pela Real Grandeza ocorreu no dia 01.05.2015 e que estamos em fase de ajustes nos processos de gestão.

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

11.1 – PLANOS PREVIDENCIÁRIOS – 31/12/14.

Recomendações (pag.80):

Informar os motivos dos aumentos verificados no Exigível Contingencial e nos Depósitos Judiciais em 2014.

ASSESSORIA JURÍDICA (AJR) – Comentários

Com relação ao “Exigível Contingencial Previdencial”, os valores respectivos são apurados por intermédio de “due diligence”. Os processos judiciais envolvidos na “due diligence” de 2014 possuíam valores superiores aos daqueles processos envolvidos na “due diligence” de 2013, por isso houve o aumento nas provisões de contingências de um ano para o outro.

Quanto aos “Depósitos Judiciais”, o aumento verificado decorre da majoração do número de processos executados contra a Entidade e por ela pagos, bem como, de

forma geral, dos próprios valores envolvidos nos processos executados e pagos. Em suma, o número de processos aumentou de 2013 para 2014, como também aumentaram os valores pagos de um ano para o outro.

12. HIPÓTESES E PREMISSAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAL.

- Controle sobre as Hipóteses e Premissas: previsto x realizado

- PLANO BD:

Recomendação (pag.81):

Informar ao Conselho Fiscal sobre o acompanhamento dos riscos atuariais das hipóteses esperadas para mortalidade geral que ficou acima do esperado. Ainda, como estão sendo monitoradas tais variações, tanto pelo atuário do plano, como pela Entidade, conforme cita a prática 15, do Guia da PREVIC sobre as melhores práticas atuariais e a Resolução MPS/CNPC 09/2012, destacando o que se refere a crescimento salarial e rotatividade que vem apresentando nos últimos 03 anos variações significativas entre o previsto e realizado, além da tábua de mortalidade geral que apresentou ocorrências maiores do que o previsto.

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA (GEA) – Comentários

As tábuas biométricas e de rotatividade adotadas nos Planos de Benefícios são definidas através de estudos de aderência de hipóteses à massa de Participantes.

O embasamento técnico do estudo de aderência são testes estatísticos, dessa forma quanto maior a quantidade de eventos estudados, maior será a confiabilidade dos resultados.

A alteração de qualquer hipótese não pode se basear apenas em eventos ocorridos por um ano ou dois, mas sim em um período de no mínimo três anos. Dessa forma, informamos que a Gerência de Estatística e Atuária está acompanhando e monitorando o comportamento destas variáveis e continuará realizando estes estudos anualmente, verificando a necessidade de adequação das hipóteses utilizadas.

Em relação ao crescimento salarial, no ano de 2014 foi realizado teste de aderência dessa premissa pelo atuário externo.

O resultado desse estudo complementado por estudos internos das patrocinadoras resultaram em alteração dessa premissa, de modo a adequar os eventos esperado com os realizados.

- PLANO CD:

Recomendação (pag.82):

Informar ao Conselho Fiscal sobre o acompanhamento dos riscos atuariais das hipóteses esperadas para mortalidade geral que ficou acima do esperado, e de entrada em invalidez menor do que o previsto. Ainda, como estão sendo monitoradas tais variações, tanto pelo atuário do plano, como pela Entidade,

conforme cita a prática 15, do Guia da PREVIC sobre as melhores práticas atuariais e a Resolução MPS/CNPC 09/2012, destacando o que se refere a crescimento salarial e rotatividade que vem apresentando nos últimos 3 anos variações significativas entre o previsto e realizado.

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA (GEA) – Comentários

As tábuas biométricas e de rotatividade adotadas nos Planos de Benefícios são definidas através de estudos de aderência de hipóteses à massa de Participantes.

O embasamento técnico do estudo de aderência são testes estatísticos, dessa forma quanto maior a quantidade de eventos estudados, maior será a confiabilidade dos resultados.

A alteração de qualquer hipótese não pode se basear apenas em eventos ocorridos por um ano ou dois, mas sim em um período de no mínimo três anos. Dessa forma, informamos que a Gerência de Estatística e Atuária está acompanhando e monitorando o comportamento destas variáveis e continuará realizando estes estudos anualmente, verificando a necessidade de adequação das hipóteses utilizadas.

Em relação ao crescimento salarial, no ano de 2014 foi realizado teste de aderência dessa premissa pelo atuário externo.

O resultado desse estudo complementado por estudos internos das patrocinadoras resultaram em alteração dessa premissa, de modo a adequar os eventos esperado com os realizados.

IV. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

3 - COMPARATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DO 2º SEMESTRE DE 2014 EM 31/12/14.

Recomendação (pag.90):

Informar ao Conselho se existe algum tipo de estudo sobre a aderência das despesas de pessoal/encargos ao estudo da PREVIC.

ASSESSORIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO (ACP) – Comentários

Já foram realizadas análises comparando o montante de despesas administrativas da REAL GRANDEZA com referências de mercado, mas nenhuma delas tratou especificamente da aderência das despesas de pessoal/encargos ao estudo da Previc. Por outro lado, no âmbito do Planejamento Estratégico recentemente retomado, um dos objetivos definidos foi a revisão de processos com vistas à adequação da estrutura de pessoal, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Além disso, uma das metas de Remuneração Variável estabelecida para 2015 prevê a contratação de empresa para realização de estudo qualiquantitativo do quadro de pessoal da FRG.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL EM 30/06/14.

Comentário: Houve crescimento de 7% nas provisões contingenciais trabalhistas em 2014.

Recomendação (pag.97):

Informar os motivos do crescimento acima indicado.

ASSESSORIA JURÍDICA (AJR) – Comentários

Com relação às provisões contingenciais trabalhistas, os valores respectivos são apurados por intermédio de “due diligence”. Em que pese a redução pela metade do número de processos envolvidos em 2014, a provisão foi superior em 7% àquela ocorrida em 2013, basicamente em função da correção monetária e dos juros aplicáveis em dois processos (Equiparação Salarial e Pedido de Reintegração). Tudo conforme quadros comparativos abaixo:

2013

GRUPOS	Nº DE PROCESSOS	VALOR DAS CONDENAÇÕES
Pagamento de verbas rescisórias	4	R\$ 114.699,27
Equiparação salarial e Outros	1	R\$ 111.189,09
Pedido de Reintegração	1	R\$ 2.174.363,20
Ação de cobrança	2	R\$ 32.913,22
TOTAL	8	R\$ 2.433.164,78

2014

GRUPOS	Nº DE PROCESSOS	VALOR DAS CONDENAÇÕES
Pagamento de verbas rescisórias	2	R\$ 58.899,48
Equiparação salarial e Outros	1	R\$ 121.294,65
Pedido de Reintegração	1	R\$ 2.415.095,19
TOTAL	4	R\$ 2.595.289,32

ASSESSORIA DE CONTROLES INTERNOS.
22/06/2015

Relatório de Empréstimo Saúde - 12/2014

Atendimento Médico Hospitalar - AMH

Matrícula	Data Atendimento	Empréstimo	Saldo em 12/2014	Indexador
15150 - 4	17/03/2011	18.500,00	331,72	INPC
13039 - 2	02/05/2011	1.150,00	649,05	INPC
3644 - 1	01/06/2011	240,31	366,38	INPC
9746 - 9	12/12/2011	1.271,31	1.864,70	INPC
7644 - 0	06/01/2012	4.865,73	7.086,80	INPC
11570 - 1	13/02/2012	8.459,00	3.268,58	INPC
15085 - 4	15/06/2012	40.000,00	20.923,83	INPC
9401 - 1	10/07/2012	1.977,53	222,20	INPC
2998 - 4	10/10/2012	16.260,00	2,22	INPC
6459 - 7	11/10/2012	25.000,00	7.097,67	INPC
1906 - 8	27/11/2012	896,17	241,63	INPC
3665 - 1	28/11/2012	764,90	989,72	INPC
609 - 9	28/11/2012	246,89	317,91	INPC
10725 - 1	30/11/2012	2.418,71	311,79	INPC
8415 - 1	22/01/2013	1.340,00	57,05	INPC
8415 - 1	22/01/2013	6.400,00	145,51	INPC
1221 - 0	22/01/2013	5.970,00	208,52	INPC
3732 - 6	21/03/2013	70.000,00	31.058,82	INPC
14829 - 4	26/03/2013	1.096,07	1.355,44	INPC
1164 - 8	26/03/2013	1.538,91	1.903,18	INPC
10056 - 0	08/04/2013	23.700,00	1.219,10	INPC
8415 - 1	10/04/2013	627,00	128,35	INPC
13585 - 2	28/05/2013	4.000,00	68,69	INPC
981 - 8	28/05/2013	16.000,00	3.490,21	INPC
10867 - 7	28/05/2013	16.000,00	2,22	INPC
4671 - 3	28/05/2013	4.730,00	1.190,79	INPC
19724 - 5	28/05/2013	4.070,00	1.027,29	INPC
13015 - 1	28/05/2013	5.392,00	1.357,47	INPC
2620 - 5	07/06/2013	4.592,78	1.383,70	INPC
18146 - 5	20/06/2013	1.357,33	406,80	INPC
5780 - 2	21/06/2013	1.157,82	369,14	INPC
7434 - 2	05/07/2013	19.500,00	15.085,05	INPC
16073 - 8	16/08/2013	2.181,03	858,65	INPC
6155 - 1	19/08/2013	638,20	251,10	INPC
11450 - 2	05/09/2013	5.350,00	1.869,11	INPC
16310 - 4	05/09/2013	16.400,00	5.316,50	INPC
17247 - 3	09/10/2013	895,25	436,31	INPC
6942 - 7	24/10/2013	9.083,00	1.873,21	INPC
7412 - 5	14/11/2013	1.606,07	854,17	INPC

Relatório de Empréstimo Saúde - 12/2014**Atendimento Médico Hospitalar - AMH**

Matrícula	Data Atendimento	Empréstimo	Saldo em 12/2014	Indexador
11618 - 6	03/01/2014	6.250,00	5.956,42	INPC
17607 - 0	03/01/2014	7.512,00	4.654,18	INPC
2939 - 3	27/02/2014	2.670,87	1.743,26	INPC
7644 - 0	27/02/2014	901,73	1.005,50	INPC
7434 - 2	27/02/2014	1.600,00	733,66	INPC
7434 - 2	27/02/2014	2.980,00	1.265,30	INPC
8576 - 2	07/03/2014	533,72	237,17	INPC
14707 - 1	03/04/2014	22.634,37	16.688,77	INPC
14707 - 1	03/04/2014	5.689,19	4.194,77	INPC
13158 - 3	03/04/2014	6.800,00	3.654,79	INPC
877 - 0	10/04/2014	2.850,00	859,65	INPC
15150 - 4	24/04/2014	20.000,00	6.372,98	INPC
9737 - 0	08/05/2014	830,00	641,48	INPC
8639 - 4	16/06/2014	974,99	784,48	INPC
13043 - 5	26/06/2014	8.500,00	6.047,03	INPC
12978 - 5	22/07/2014	20.229,00	7.575,20	INPC
3027 - 8	22/07/2014	13.500,00	10.881,29	INPC
12503 - 2	22/07/2014	22.500,00	16.180,78	INPC
5030 - 2	22/07/2014	2.550,00	1.014,04	INPC
5030 - 2	22/07/2014	2.550,00	1.014,04	INPC
8576 - 2	22/07/2014	300,00	140,10	INPC
1626 - 4	13/08/2014	5.350,00	2.207,48	INPC
877 - 0	29/08/2014	2.850,00	2.488,31	INPC
6942 - 7	01/09/2014	2.990,00	1.384,18	INPC
11463 - 1	01/09/2014	5.540,00	3.112,06	INPC
2814 - 9	01/09/2014	13.600,00	9.336,54	INPC
3814 - 3	01/09/2014	16.745,00	12.993,91	INPC
3699 - 0	01/09/2014	3.000,00	1.833,49	INPC
12937 - 2	03/09/2014	4.304,00	1.374,44	INPC
10089 - 1	03/09/2014	12.950,00	4.739,84	INPC
7702 - 5	16/09/2014	12.400,00	9.093,98	INPC
19535 - 8	06/10/2014	1.500,00	414,34	INPC
19535 - 8	06/10/2014	1.500,00	414,34	INPC
9366 - 0	10/10/2014	9.000,00	3.729,53	INPC
8955 - 4	10/10/2014	35.500,00	24.231,47	INPC
14323 - 3	10/10/2014	26.000,00	12.749,63	INPC
17194 - 8	10/11/2014	12.000,00	101,94	INPC
6571 - 7	12/12/2014	3.600,00	1.960,23	INPC
1259 - 0	12/12/2014	10.000,00	7.244,77	INPC

Relatório de Empréstimo Saúde - 12/2014

Atendimento Médico Hospitalar - AMH

	Matrícula	Data Atendimento	Empréstimo	Saldo em 12/2014	Indexador
	8979 - 6	12/12/2014	2.000,00	1.890,79	INPC
	3699 - 0	12/12/2014	3.000,00	2.041,90	INPC
	1339 - 6	12/12/2014	18.300,00	11.991,60	INPC
Total Geral	81			322.570,24	

Débitos recuperados 2º semestre de 2014 - Saúde

Resultados dos procedimentos dos Normativos de Cobrança e de Renegociação de Dívidas

		Baixas Referência do Mês	Baixa Referência meses anteriores	Baixa por Renegociação de Dívidas	Total por Mês
JULHO	AMH		579,92		579,92
	Despesa Ambulatorial	4.690,54	60.609,32	4.815,64	70.115,50
AGO	AMH	49,20	47,20		96,40
	Despesa Ambulatorial	3.113,81	35.413,78	17.258,55	55.786,14
SET	AMH		4.357,11	11.043,89	15.401,00
	Despesa Ambulatorial	2.878,23	66.090,41	7.545,39	76.514,03
OUT	AMH		12.491,39		12.491,39
	Despesa Ambulatorial	6.028,61	59.816,13		65.844,74
NOV	AMH	94,74	382,63		477,37
	Despesa Ambulatorial	2.926,87	49.599,80	1.453,41	53.980,08
DEZ	AMH	108,92		224,53	333,45
	Despesa Ambulatorial	2.503,44	40.538,74	12.418,96	55.461,14
Total por tipo de Baixa		22.394,36	329.926,43	54.760,37	407.081,16

Informamos que todos os procedimentos dos Normativos de Cobrança e de Renegociação de Dívidas estão sendo praticados. Conforme informado pela AJR, a cobrança judicial desses inadimplentes está sendo providenciada pelo escritório que pre

“Recomendação: *Informar ao Conselho os motivos dos crescimentos verificados.*”

Com relação ao item em questão, vimos prestar os esclarecimentos referentes ao IPTU, tendo em vista que as informações relacionadas aos demais objetos serão prestadas pela Gerência de Contabilidade (GCB).

A Real Grandeza tinha interesse em vender um imóvel de sua propriedade, localizado na Avenida Imperatriz Leopoldina, no Município de São Paulo, mas estava impedida de concretizar o negócio em decorrência de três execuções fiscais contra ela movidas pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, cujos objetos eram supostas dívidas de IPTU.

Assim sendo, visando a suspensão dos supostos créditos tributários e, por conseguinte, a obtenção da certidão positiva com efeitos de negativa, cuja apresentação é indispensável no momento da lavratura da escritura de compra e venda, a Real Grandeza depositou judicialmente os valores apontados pela municipalidade como devidos a título de IPTU, obteve as certidões em questão e apresentou sua defesa em cada uma daquelas execuções fiscais que lhe são movidas.

Eis o andamento dos executivos fiscais em questão:

1) Execução Fiscal Estadual nº 569.138.9/88-2 (Processo nº 0569138-72.8800.8.26.0090)

- **Partes:** Exequente: Prefeitura do Município de São Paulo – SP
Executada: Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social
- **Assunto:** Execução Fiscal visando o adimplemento de débitos de IPTU do exercício de 1988, vencidos em 26/01/1988.
- **Natureza:** Fiscal.
- **Data de inscrição da dívida:** 28 de Janeiro de 1988.

- **Valor (histórico) da causa:** 15.995.064,72.
- **Valor do depósito:** R\$ 345.318,46.
- **Trâmite:** Fórum das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo
- **Principais movimentações processuais:**
 - 01/04/2014: Protocolada Exceção de Pré Executividade da Real Grandeza.
 - 15/04/2014: Protocolada petição da Executada requerendo a juntada de comprovante de depósito judicial.
 - 05/05/2014: Petição da Executada protocolada requerendo a expedição de ofício para intimação da Procuradoria do Município, bem como, a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos.
 - 25/07/2014: Recebidos os Autos da Procuradoria do Município.
 - 31/12/2014: Aguardando publicação acerca da manifestação da Procuradoria do Município de São Paulo.

2) Execução Fiscal Estadual nº 547.488.4/84-2 (Processo nº 0547488-86.8400.8.26.00900 – PROCESSO APENSADO À EXECUÇÃO FISCAL nº 513.142-1/84-5.

- **Partes:** Exequente: Prefeitura do Município de São Paulo – SP
Executada: Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social
- **Assunto:** Execução Fiscal visando o adimplemento de débitos de IPTU do exercício de 1983, vencidos em 05/02/1983.
- **Natureza:** Fiscal.
- **Data de inscrição da dívida:** 28 de Abril de 1984.
- **Valor (histórico) da causa:** 19.148.869,48
- **Valor do depósito:** R\$ 177.767,46.
- **Trâmite:** Fórum das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo
- **Principais movimentações processuais:**
 - 01/02/1985: Protocolada petição da Real Grandeza requerendo a sustentação da penhora requerida em razão da ausência de citação válida e regular.

- 13/03/1985: Proferido despacho determinando o sobrestamento do feito.
- 21/06/1985: A Exequente requereu a união deste processo à Execução Fiscal de nº 513.142-1/84-5.
- **Fase atual:** Processo extinto/absorvido pela Execução Fiscal nº 513.142-1/84-5

3) Execução Fiscal Estadual nº 513.142.1/84-5 (Processo nº 0513142-12.8400.8.26.0090)

- **Partes:** Exequente: Prefeitura do Município de São Paulo – SP
Executada: Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social
- **Assunto:** Execução Fiscal visando o adimplemento de débitos de IPTU do exercício de 1983, vencidos em 05/02/1983.
- **Natureza:** Fiscal.
- **Data de inscrição da dívida:** 28 de Dezembro de 1983.
- **Valor (histórico) da causa:** 18.507.192,09.
- **Valor do depósito:** R\$ 217.554,49.
- **Trâmite:** Fórum das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo
- **Principais movimentações processuais:**
 - 01/04/2014: Exceção de Pré Executividade da Executada protocolada.
 - 15/04/2014: Protocolada petição da Executada requerendo a juntada de comprovante de depósito judicial.
 - 05/05/2014: Petição protocolada pela Executada requerendo a expedição de ofício para intimação da Procuradoria do Município, bem como, a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos.
 - 28/11/2014: Aguarda-se manifestação acerca Exceção de Pré Executividade e pedido de CND desde 05.05.2014.
 - 31/12/2014: Aguardando manifestação da Procuradoria do Município São Paulo acerca da Exceção de Pré Executividade.